



4501852



00135.226740/2023-43



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2024.

Brasília, na data da assinatura.

No dia vinte e um de maio de dois mil e vinte e quatro, foi realizada a 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, às 14h, em formato virtual, pela plataforma TEAMS. Foram apresentados os seguintes pontos de pauta: 1. Situação da tragédia no Rio Grande do Sul; 2. Recurso do Fundo Nacional do Idoso-FNI (Edital e impressão do Estatuto da Pessoa Idosa); e, 3. Informes sobre a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa - 6ª CNDPI. **Estiveram presentes como representantes da Sociedade Civil:** Cristiano Lisboa Martins (Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNSaúde); Luiz Legnãni (Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - COBAP); Epitácio Luiz Epaminondas (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos – SINTAPI-CUT); Marco Antonio Guilherme Dos Santos (Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas e Idosos – SINTAPI-CUT); Isabel De Fátima Amorim Gonzalez Lopizic (Associação Nacional de Gerontologia do Brasil – ANG Brasil); Ivani Fátima Arno Coradi (Associação Nacional de Gerontologia do Brasil – ANG Brasil); Claudia Regina De Oliveira Zanini (Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - SBGG); Claire Da Cunha Beraldo (Serviço Social do Comércio - SESC); Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira Gomes (Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP); Alexandre De Oliveira Alcântara (Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID); Cristiane Branquinho Lucas (Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência – AMPID); Eni Carajá Filho (Movimento de Reintegração das Pessoas atingidas pela Hanseníase - MORHAN); Leomar César Brigagão (Movimento de Reintegração das Pessoas atingidas pela Hanseníase - MORHAN); Raimunda Goreth Assunção Espindola (Associação Brasileira de Alzheimer e Condições Relacionadas – ABRAZ); Raphael Franco Castelo Branco Carvalho (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB); Rosangela Maria Lucinda (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – CFOAB); Arilda De São Sabbas Pucú (Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte – AME); Maria Angélica Gomes (Ação de Mulheres pela Equidade – Promoção de Saúde, Educação, Arte, Cultura e Esporte – AME); Norivaldo Pereira De Lima Junior (Aliança Nacional LGBTI+); Luana Costa (Aliança Nacional LGBTI+). **Estiveram presentes como representantes do Governo:** Joana Darc Freire Silva (Ministério das Cidades); Maria Aparecida de Souza Dias (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação); Shirlei Correa Rodrigues (Ministério da Cultura); Mirian Da Silva Queiroz Lima (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome); Alexandre da Silva (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania); Ana Elenara Da Silva Pintos (Ministério do Esporte); Cleide Lemes Da Silva Cruz (Ministério da Igualdade Racial); Ana Paula Pinto Da Silva (Ministério da Justiça e Segurança Pública); Fábio Régis Sparremberger (Ministério do Planejamento e Orçamento); Ana Paula Schwelm Gonçalves (Ministério da Previdência Social); Amanda Anderson De Souza (Ministério da Previdência Social); Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto (Ministério da Saúde); Sérgio Luiz Rodrigues Pereira (Ministério do Trabalho e Emprego); e, Rodrigo Moreles Canez (Ministério do Turismo). **Estiveram presentes como convidados(as):** Kenio Costa de Lima (Coordenador-Geral da

Coordenação de Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal - CGEAS/SNDPI); Carlos Eduardo da Silva Santos (Coordenador da Coordenação de Políticas de Envelhecimento Ativo e Saudável e Desenho Universal - CGEAS/SNDPI); Luis Alberto da Silva (Chefe de Divisão - SNDPI); Aléssia Barroso Lima Brito (SNDPI); e, Ivanir Maria Argenta dos Santos (Presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul - CEI/RS). **Estiveram presentes como equipe do CNDPI:** Eliana Graça Magalhães (Coordenadora-Geral da Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa) e Dayana Maria Alves de Lima.

Dia 21/05/2024 - Abertura da 5ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa: O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** iniciou a reunião com saudação aos partícipes e apresentação da pauta. Continuamente, o **Secretário Nacional Alexandre da Silva** saudou a todos e destacou elementos essenciais em relação ao empenho de recursos, viabilizando as projeções de atividades do conselho. Relatou que, conforme já dialogado com o pleno, foi reafirmada a possibilidade de elaboração de edital que contemple como um dos eixos, o que se delibera no conselho. Discorreu que, dentro do nicho das propostas do Ministério dos Direitos Humanos, foi sugerido maior aporte financeiro com destinação para as ILPIs do estado do Rio Grande do Sul. Complementou que, há tratativas de que sejam utilizados recursos do fundo como forma de solidarização nesse difícil momento vivenciado pela população do Rio Grande do Sul. Sobre as ações executadas em prol da assistência à população do Rio Grande do Sul, relatou ser um processo longo, que abrange não só o desastre físico, mas também o psicológico. Reforçou que a mobilização é fator preponderante em momentos delicados como as enchentes no Sul. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** informou que o conselho é sensível em relação à situação vivenciada na região Sul. A **Presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul Ivanir Maria Argenta dos Santos**, relatou que existem 8.459 pessoas idosas alojadas em abrigos provisórios. Destacou os desafios da região Sul, que abrange grandes polos econômicos para o Brasil, porém, reforçando que a prioridade atualmente, é abrigo para pessoas 60+. Em busca de espaços para abrigar essas pessoas, acrescentou que o Secretário de Desenvolvimento Social, Sr. Roberto Fantinel, conseguiu que um amigo empresário cedesse um prédio com 4 andares, de fácil acesso, para abrigar 40 idosos, onde, à época, existiam 20 abrigados. Destacou que ainda não deu para fiscalizar e verificar a lotação dos demais abrigos para atualização dos espaços disponíveis. Enfatizou que um dos diagnósticos do conselho estadual para amenizar as consequências da catástrofe das enchentes, seria a disponibilização dos kits customizados (toalha, colchão, travesseiro, cobertor, dormitório, eletrodomésticos, equipamentos de mobilidade, dentre outros). Esses kits têm como pressuposto, auxílio às necessidades emergenciais das pessoas atingidas. O valor estipulado para esses kits com recursos já liberados, totaliza R\$6.000.000,00, que se refere ao saldo não comprometido do FUNEP. Discorreu que o conselho criou uma ação, o “Movimento Adote uma ILPI”. O projeto visa angariar recursos que serão destinados às ILPIs filantrópicas afetadas à calamidades e enchentes, e trata de uma parceria entre o conselho e a empresa Trevo Assessoria Familiar, de São Paulo. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** parabenizou as iniciativas do conselho estadual do Rio Grande do Sul e as contribuições da Presidente Ivanir Maria Argenta dos Santos. Sugeriu que, pela brevidade e excepcionalidade da situação, como encaminhamento se crie uma comissão especial com atuação prevista para 60 dias, para tratar de encaminhamentos e questões referentes à catástrofe no Rio Grande do Sul. O **Conselheiro Eni Carajá Filho** propôs a inclusão da pauta do idoso no Ministério de Apoio à Reconstrução do RS, criado com o intuito de sanar questões relacionadas à tragédia. Relatou a necessidade de equidade para distribuição de recurso financeiro aos atingidos, através de "Pix do governo". A **Conselheira Maria Angélica Gomes** destacou a importância da rede de solidariedade em um momento tão delicado quanto esse. A **Presidente do Conselho Estadual do Rio Grande do Sul Ivanir Maria Argenta dos Santos** opinou que deveria haver um recurso emergencial para as pessoas vítimas da enchente sem análise de renda, com vigência de dois anos. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** após diálogo com os demais conselheiros e conselheiras, relatou como encaminhamento, as seguintes propostas: 1. Criação de Comissão Especial Provisória para tratar dos assuntos afetados ao Rio Grande do Sul; 2. Ofício ao Ministério de Apoio à Reconstrução do RS para contribuição às pessoas idosas, bem como diálogo intersetorial permanente; 3. Busca de reuniões com atores envolvidos para que possa haver articulação e maior diálogo a respeito das pessoas idosas, como o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério das Cidades e a CIDOSO; e, 4. Construção de uma Nota de solidariedade do Conselho Nacional

reforçando as ações executadas pelo conselho. Foram aprovados por unanimidade os 4 encaminhamentos propostos pela plenária. Continuamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** pediu para que os conselheiros (as) que tenham interesse em integrar a comissão provisória, manifestem-se. Os conselheiros e conselheiras seguintes se dispuseram a participar dessa comissão: **Eni Carajá Filho, Raphael Franco Castelo Branco Carvalho, Ligia Iasmine Pereira dos Santos Gualberto, Mirian Da Silva Queiroz Lima, Joana Darc Freire Silva e Maria Angélica Gomes** O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** relatou que a Comissão Especial temporária vai construir minuta de nota para envio e elaboração de reuniões interinstitucionais, e terá como vigência prevista, o mês de agosto de 2024. Sobre a questão da Conferência, relatou que houve publicação de decreto que convoca o processo conferencial, e que, haverá na próxima reunião, a instituição de uma comissão de conferência com representantes do conselho e da secretaria para definição da Comissão Permanente para assuntos da Conferência. Informou que os instrumentais da Conferência já estão quase prontos e que estão sendo elaborados pelas consultoras externas e que posteriormente será analisado pela Comissão Permanente, para logo ser enviados para os Estados. A **Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Eliana Magalhães Graça** desenvolveu sobre o edital de experiências exitosas, que foi uma proposta da Secretaria Nacional, com convite ao Conselho Nacional para participar. O Conselho teria dentro do edital dois itens, referentes as experiências exitosas nos conselhos, sendo: 1 - experiências exitosas no combate à violência e 2 - experiências exitosas de financiamento com utilização dos recursos do fundo. Informou que a demanda foi distribuída entre as comissões de políticas públicas e de articulação com os conselhos, para análise. Serão 3 premiações para cada eixo, totalizando o custo de R\$240.000,00. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** reforçou que o edital é uma parceria entre a Secretaria Nacional e o Conselho Nacional e que o recurso destinado ao edital será da Secretaria e do Conselho, e caso seja aprovado pelo pleno, a proposta é de R\$240.000,00 para o edital e R\$80.000,00 para impressão de mais 20.000 unidades do Estatuto da Pessoa Idosa, que é o aporte do montante autorizado de R\$766.334,00, e que precisa deliberar o valor restante do Fundo. Ou seja, do recurso autorizado, R\$320.000,00 está deliberado para essas duas ações, ficando pendente de deliberação do valor de R\$446.334,00. O **Chefe de Divisão Luis Alberto da Silva** detalhou os valores constantes na dotação do FNI, que somam R\$ 766.334,00 (setecentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais) e mencionou a possibilidade de suplementação orçamentária dessa dotação, baseada na utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior. Além disso, informou que em agosto de 2024 será conhecido o valor destinado ao FNI pelas declarações de imposto de renda. Com isso, haverá argumentos mais fortes para pleitear a suplementação orçamentária, que está diretamente relacionada ao valor executado no exercício atual. Colocou que é recomendável empenhar toda a dotação existente antes de solicitar a referida suplementação. O **Coordenador-Geral Kenio Costa de Lima** reforçou que a Secretaria disponibilizará recursos para o edital, inclusive para trazer os premiados das experiências exitosas relacionados a outros três eixos. Colocou que o edital tem cinco eixos e três são específicos da Secretaria: envelhecimento ativo e saudável; riscos e desastres e pessoas em situação de vulnerabilidade e múltiplas discriminações. A **Conselheira Cristiane Branquinho** colocou que tem outras cartilhas que são interessantes para serem divulgadas, além do Estatuto da Pessoa Idosa, como a cartilha do Fundo e a cartilha Quer Um Conselho?. Solicitou informações quanto a garantia de orçamento para a Conferência Nacional. O **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** ponderou que o saldo de R\$446.334,00 seja destinado para questões relacionadas a gastos preliminares com a Conferência Nacional e que terá deliberação na próxima reunião do conselho. O **Chefe de Divisão Luis Alberto da Silva** discorreu sobre como se daria o processo de abertura de créditos adicionais baseados em superávit financeiro de exercícios anteriores. Ele reforçou a importância da execução da dotação atual como pré-requisito para o pedido de suplementação orçamentária e que a realização da 6ª Conferência da Pessoa Idosa também seria um argumento adicional para esse pedido. A **Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Eliana Magalhães Graça** sugeriu que o recurso fosse liberado para os gastos preliminares com a Conferência, visto que três textos já estão encaminhados, textos que orientam os conselhos a iniciarem o processo conferencial, que são: texto base, orientador e o regimento interno da conferência, mas que seria importante ter recurso de pessoal para essa e outras demandas, como por exemplo uma consultoria. E referente ao edital, colocou que em caso de liberação do recurso do fundo, o edital ainda vai para a decisão final da CONJUR e que lançamento está previsto para o Junho Violeta. Após debate

entre partícipes, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** sugeriu que as conselheiras Mirian e Bernadete pudessem ter acesso ao edital antes da publicação e ponderou que antes da impressão do Estatuto observassem a alteração legislativa no âmbito do Congresso Nacional. Reforçou que o recurso a ser liberado é de R\$240.000,00 para o edital de experiências exitosas e R\$80.000,00 para impressão de 20.000 unidades do Estatuto da Pessoa Idosa e sugeriu que o saldo restante de R\$446.334,00 seja destinado para questões relacionadas a gastos preliminares com a Conferência Nacional e que terá deliberação na próxima reunião do conselho. Em regime de votação pela liberação de R\$240.000,00 para o edital de experiências exitosas e R\$80.000,00 para impressão de 20.000 unidades do Estatuto da Pessoa Idosa. Aprovado por unanimidade. Conclusivamente, o **Presidente Raphael Franco Castelo Branco Carvalho** agradeceu as colaborações feitas pelos conselheiros e declarou encerrada a reunião.

RAPHAEL FRANCO CASTELO BRANCO CARVALHO

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Franco Castelo Branco Carvalho**, Usuário **Externo**, em 21/08/2024, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4501852** e o código CRC **B4B728A2**.